

1 **ATA DA I REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2018**
2 **18 DE MAIO – CARAGUATATUBA**

3 Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2018, reuniram-se nas dependências do auditório da
4 Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba, FUNDACC, localizadas à Rua Santa Cruz, nº 396,
5 Centro, Caraguatatuba, SP, com vistas à realização da segunda reunião extraordinária do COMITÊ DE
6 BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE, CBH-LN, sob a presidência do Ilustríssimo Sr.
7 DÉLCIO JOSÉ SATO, Presidente do CBH-LN, Prefeito Municipal de Ubatuba. A reunião contou com a
8 participação de membros representantes do segmento da Sociedade Civil Organizada, do segmento
9 dos Municípios e do segmento do Estado, conforme registrado na lista de presença.

10 Às 10h25minh, com o auxílio da Equipe de Cerimonial da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba,
11 anfitriã da reunião, foi dada início aos trabalhos, mediante a formação da mesa de abertura da sessão,
12 composta pelos seguintes participantes. Pelo segmento dos municípios: Ilmo. Sr. DÉLCIO JOSÉ SATO,
13 Prefeito de Ubatuba, e Presidente do CBH-LN; Ilmo. Sr. OSVALDO JULIÃO, representando o prefeito
14 de Ilhabela, Ilmo. Sr. FELIPE AUGUSTO, Prefeito de São Sebastião, Ilmo. Sr. JOSÉ PEREIRA DE
15 AGUILAR JR., Prefeito de Caraguatatuba e Anfitrião desta reunião. Pelo segmento do Estado de São
16 Paulo, o Ilmo. Sr. SYLVIO DO PRADO BOHN JR, Secretário Executivo do CBH-LN, representante da
17 CETESB. Pelo segmento da Sociedade Civil Organizada, o Ilmo. Sr. LUIZ ROBERTO BARRETTI,
18 representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP.

19 Em seguida foi passada a palavra aos membros da mesa, para boas vindas e considerações os temas
20 a serem tratados ao longo desta sessão.

21 O Sr. LUIZ ROBERTO BARRETTI, representante da Sociedade Civil Organizada cumprimentou a todos
22 os presentes e desejando um bom trabalho a esta plenária.

23 O Secretário Executivo SYLVIO DO PRADO BOHN JR, cumprimenta os membros da mesa e demais
24 participantes, e destaca que este é mais um passo nesse longo processo de dez anos de implantação
25 da cobrança pelo uso da água, instrumento de gestão fundamental, que além de educativo, trará
26 recursos financeiros para serem aplicados na gestão dos recursos hídricos aqui da região. SYLVIO
27 PRADO aproveita a oportunidade para saudar todos os membros do Comitê que trabalharam ao longo
28 desses dez anos do processo de aprovação da cobrança pelo uso da água. SYLVIO DO PRADO
29 informa que a Secretaria Executiva deste CBH recebeu recentemente a Especialista Ambiental Jociani
30 Debeni Festa, que irá reforçar a equipe na realização dos trabalhos da secretaria executiva e finaliza
31 agradecendo a presença de todos.

32 Em seguida, manifestam-se os representantes do segmento dos Municípios:

33 OSVALDO JULIÃO, Secretário Municipal de Administração do município de Ilhabela representando o
34 Ilmo Sr. MAURO DE OLIVEIRA PINTO, Prefeito de Ilhabela, cumprimenta mesa e a todos os presentes,
35 justifica a ausência do Sr. Prefeito por motivo de viagem a São Paulo. OSVALDO JULIÃO destaca a
36 importância da cobrança, que trará recursos financeiros para a gestão de recursos hídrico e informa
37 que está previsto para o município de Ilhabela o investimento de oitenta milhões de reais visando a
38 universalização do saneamento no prazo de seis anos. O mesmo indicou a necessidade de ações que
39 diminuam o vazamento de água nos sistemas.

40 FELIPE AUGUSTO, Prefeito de São Sebastião, cumprimenta os presentes, e destaca as mudanças na
41 presidência da SABESP e destacando a importância das discussões realizadas e o peso das decisões
42 realizadas pelo CBH-LN.

43 JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JR, Prefeito de Caraguatatuba, cumprimenta os membros da mesa e
44 do Plenário, e destaca a importância da pauta da ordem do dia e das pessoas envolvidas neste trabalho.

45 DÉLCIO JOSÉ SATO, Prefeito de Ubatuba, e Presidente do CBH-LN, cumprimenta todos e agradece
46 a presença dos demais prefeitos municipais, e destaca os resultados efetivos obtidos por este CBH e
47 o respeito e reconhecimento que a região tem por este colegiado. DÉLCIO JOSÉ SATO ressaltou a
48 importância da aprovação da Cobrança pelo Uso da água, principalmente diante da aprovação da Lei
49 que diminui a parcela de recursos destinados ao Estado e conseqüentemente para o CBH. Informou
50 que a Prefeitura Municipal de Ubatuba, está viabilizando um novo espaço para receber o DAEE e o
51 CBH-RB.

52 Concluídas as manifestações dos integrantes da mesa de abertura, esta foi desfeita. Em seu lugar
53 formou-se a mesa de condução dos trabalhos da sessão composta pelo Presidente do CBH-LN,
54 DÉLCIO SATO e o Secretário Executivo SYLVIO BOHN.

55 **1. Apresentação do estudo de Fundamentação da Cobrança.**

56 O Presidente DÉLCIO SATO convida o FÁBIO LUCIANO PINCINATO, Secretário Adjunto do CBH-LN,
57 e representante da Secretaria do Estado de Saneamento e Recursos Hídricos para apresentar o estudo
58 de fundamentação da cobrança pelo Uso da água na UGRHI 03.
59 FÁBIO PINCINATO inicia apresentando os objetivos da cobrança previstos na legislação: destacando
60 que reconhece a água como um bem público de valor econômico e anexo ao usuário uma indicação de
61 seu real valor, incentivando o uso racional e sustentável da água, ressaltou que visa obter recursos
62 financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos
63 hídricos e de saneamento a receita gerada pela cobrança objetiva, ou seja, os recursos arrecadados
64 na bacia serão investidos em ações priorizadas no Plano de Bacias do Litoral Norte, sendo um
65 importante instrumento de implantação deste planejamento, visto que a aprovação da Lei Federal nº
66 13.661 de 08 de maio de 2018, que alterou a Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990, reduzindo o
67 percentual da compensação que é destinada para o FEHIDRO, diminuindo os recursos financeiros que
68 estavam previstos para a implantação do Plano de Bacias 2016-2019.
69 PINCINATO prossegue informando que a cobrança procura distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso
70 degradador e indiscriminado da água a cobrança serve para estimular o uso racional da água, e por
71 último utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento, gestão integrada e
72 descentralizada do uso da água e seus conflitos, explicando que os pagadores neste momento serão
73 os usuários industrial e urbano.
74 MILENA DA COSTA FRANCESCHINELLI, representante da Associação dos Moradores e Amigos da
75 Folha Seca – AMAFS, solicita informações sobre o destaque de urbano e industrial na deliberação,
76 ressalta a dificuldade de entendimento dos termos utilizadas nos documentos, sendo considerada uma
77 linguagem mais técnica. PINCINATO explica que a indicação de que a cobrança é sobre os usos
78 urbanos e industriais consta na ementa da Deliberação e em seu primeiro artigo. Esclarece ainda que
79 toda a parte explicativa da Cobrança pelo Uso da Água no Litoral Norte encontra-se no estudo de
80 fundamentação, anexo a Deliberação CBH-LN nº 185 de 2018.
81 FÁBIO PINCINATO apresenta o histórico do processo de implantação da cobrança no LN, que teve
82 início em 2006 e explica sobre as três versões que já foram apresentadas nessa plenária e os
83 prosseguimentos que ocorreram principalmente no âmbito da CT-Cob do CRH. PINCINATO continua
84 relatando que em 2010 foram realizadas atividades junto aos usuários, com ampla discussão, buscando
85 definir os valores aceitáveis. A partir de 2016 foram realizadas reuniões para adequações e finalização
86 da proposta apresentada nesta data. Destaca a participação de todos que contribuíram na construção
87 desses documentos, com destaque ao Fernando Parodi que coordenou o GT-Cob durante quase todo
88 o processo, bem como todos os membros que contribuíram durante as diversas fases deste longo
89 processo de discussão.
90 FÁBIO PINCINATO exhibe o panorama da cobrança no estado, ressaltando que apenas dois CBHs
91 ainda não aprovaram a cobrança, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN) e Comitê
92 de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD). PINCINATO prossegue
93 apresentando os mecanismos da cobrança e a maneira que os cálculos serão realizados.
94 Continuando em sua explanação, FÁBIO informa sobre a correção de outorgas durante o processo,
95 diminuindo a reservação de vazão de captação, pois esse tipo de reserva prejudica outros usuários
96 interessados em solicitar outorga. Continua a apresentação ilustrando a questão do padrão de
97 lançamento dos efluentes, que prevê uma redução dos valores quando a qualidade do lançamento é
98 melhor.
99 FÁBIO PINCINATO demonstra a progressividade durante a implantação da cobrança bem como as
100 formas e periodicidade que ocorrerá e explica que os valores pactuados em 2010 se encontram
101 defasados devido a inflação e que deverão ser atualizados no processo de revisão da cobrança, após
102 dois anos do início da cobrança.
103 Em sua explanação esclarece que durante o processo de atualização do estudo de fundamentação da
104 cobrança utilizou-se como base o cadastro de outorgas do Departamento de Água e Energia Elétrica –
105 DAEE, que indica o cadastro de cento e cinquenta e cinco usuários no total, sendo setenta desses
106 passíveis de cobrança, a maioria para abastecimento público. O total da simulação dos valores indica
107 uma arrecadação no valor em torno de um milhão e trezentos e sessenta mil reais, que poderá ser
108 alterado após o ato convocatório. Grande parte deste valor previsto deve ser pago pela SABESP e os
109 outros usos se dividem uma parcela bem menor. Continua explicando que os estudos atualizados em
110 2016 apontam que o impacto da cobrança para os usuários de petróleo e gás, construção e de gelo
111 terão um impacto de 0,01% no custo de produção.
112 PINCINATO informa que historicamente de usos dos recursos do FEHIDRO na UGRHI 03 foram
113 direcionados para as prioridades estabelecidas na área de saneamento e drenagem, mesmo no PDC
114 1 os estudos também são, na maioria das vezes, relacionados a estes dois temas.

115 O Sr. MAURICIO RÚBIO PINTO ALVES da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI pede
116 a palavra para compartilhar uma dúvida com os demais presentes, referente ao enquadramento das
117 agroindústrias presentes no Litoral Norte no cadastro, e questiona se essa atividade é passível de
118 cobrança com a aprovação deste documento. PINCINATO informou que depende do cadastro, se
119 estiverem cadastradas como atividades de agropecuária não são passíveis de cobrança neste
120 momento.

121 MILENA coloca a questão de que a cobrança para as atividades agroindustriais poderia inviabilizar este
122 tipo de geração de renda e a segurança alimentar nutricional da região. Receia que a aprovação deste
123 documento com esses termos possa ter outro entendimento em outras instâncias.

124 SILAS BARSOTTI BARROZO, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SMA coloca
125 que as unidades de agroindústrias do Litoral Norte são, na maioria das vezes, gerenciada por várias
126 famílias, que a acumulação de usuários pode afetar a situação desses pequenos projetos, que não
127 sejam cobradas, pois estes já têm o vize de agroecologia.

128 ROSA MARIA MANCINI, representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SMA, elogia o
129 documento elaborado pelo CBH e coloca a questão da alteração do valor da vazão mínima para outorga
130 e que essa alteração deverá ser motivo de adaptação, para que o documento aprovado não seja
131 aprovado em desacordo com a legislação vigente.

132 FABIO explica que essa discussão está acontecendo no âmbito do jurídico da Secretaria de
133 Saneamento e Recursos Hídricos e que caso ocorram alteração nas orientações relativas a cobrança
134 o CBH fará as devidas revisões e adequações.

135 BARRETTI faz referência a deliberação em discussão, destacando que esse documento é apenas um
136 estudo, que a realidade só será conhecida durante o Ato convocatório e que a cobrança poderá ser
137 revista. Então propõe o prosseguimento visando a aprovação. Destaca, também, que as estruturas
138 familiares provavelmente não serão prejudicadas por este instrumento.

139 O Presidente deste colegiado DÉLCIO SATO coloca a cobrança em votação. Com um voto em
140 desacordo e o restante a favor, a plenária deste CBH aprova a proposta para implementação da
141 cobrança por meio da Deliberação CBH-LN nº 185 de 2018.

142

143 **2. Programa quadrienal de investimento para aplicação dos recursos da cobrança**

144 O Presidente DÉLCIO SATO prossegue com pauta da ordem do dia, convidando novamente FABIO
145 LUCIANO PINCINATO para a apresentação do programa de investimento da cobrança previsto para o
146 quadriênio 2020-2023.

147 FABIO apresenta o programa de investimento da cobrança pelo período 2020-2023, anexo da
148 Deliberação nº 186 de 2018. Ele explica que é previsto que a aplicação da receita da cobrança só ocorra
149 a partir de 2020 e, portanto, não entra no programa de investimentos do Plano de Bacias atual, que é
150 de 2016 a 2019. Para atender as exigências legais para a implantação da cobrança, é necessário
151 aprovar a proposta de programa de investimento dos recursos oriundos da cobrança para o próximo
152 quadriênio, ou seja, 2020-2023. FABIO informa que esse programa de investimentos será revisado em
153 acordo com as normas e os critérios de revisão do programa de investimento do Plano de Bacias e
154 ressalta que os recursos serão aplicados nas prioridades previstas no mesmo Plano.

155 O Presidente deste colegiado DÉLCIO SATO coloca a Deliberação CBH-LN nº 186 de 2018 em
156 votação. Com uma abstenção e o restante a favor, a plenária deste CBH aprova a programa de
157 investimento da cobrança previsto para o quadriênio 2020-2023.

158

159

160 **3. Informes.**

161 Por solicitação do presidente DÉLCIO SATO, o Secretário Executivo adjunto FABIO, informa sobre a
162 aprovação da Lei Federal nº 13.661 de 08 de maio de 2018, que alterou a Lei nº 8.001 de 13 de março
163 de 1990, reduzindo o percentual destinado aos Estados de 45% para 25%, afetando os Comitês que
164 recebem recursos provenientes do FEHIDRO, incluindo o CBH-LN. Isso trará um grande impacto na
165 receita do FEHIDRO, disponível para a aplicação nas prioridades do Plano de Bacias, ressaltando ainda
166 mais a importância da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para a manutenção das
167 ações de recuperação e conservação das bacias hidrográficas do Litoral Norte.

168 SILAS, relata as atividades do GT-Agroecologia e que o grupo de trabalho seria destinado para um
169 tema finito, mas esse GT possui atividades periódicas e coloca que está em discussão que ele seja
170 transformado em um Câmara Técnica para que o formato fique mais adequado.

171 FABIO informa que o relatório 2 do Plano de Bacias está disponível no site do SIGRH acesso e
172 download.



173 Sylvio coloca sobre a alteração da Plenária Ordinária para o dia 28 de junho, em Ilhabela, para melhor
174 atendimento do calendário dos membros dos CBHs.
175 Concluídos todos os itens previstos na pauta da ordem do dia, e nada havendo a ser acrescentado o
176 Presidente DÉLCIO SATO, agradece a presença e participação de todos, e às 12:52h declara o
177 encerramento dos trabalhos da sessão plenária e se despede, desejando a todos os presentes um
178 ótimo retorno a seus respectivos destinos.
179